



## **Demonstrações Contábeis correspondentes aos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021**

**Diretoria Financeira e Administrativa – D.F.A.**

**Controladoria – CON**

## o que fazemos

Assessoria e consultoria

Inspeções e monitoramentos

Soluções para gestão e planejamento

Pesquisa e desenvolvimento

Metrologia e calibrações

Qualidade e certificação

Investigações e diagnósticos

Testes, ensaios e análises

Cursos e treinamentos

## diferenciais IPT



da bancada ao piloto  
infraestrutura laboratorial e experiência para desenvolver e escalar processos



abordagem multidisciplinar  
somamos diferentes áreas e competências para pensar soluções inovadoras e eficazes



suporte administrativo e gerencial completo  
equipes dedicadas a gestão de projetos, compras, contratos, comunicação, TI, RH, PI



capacitação de pesquisadores  
atualização constante e investimento na criação de soluções pioneiras para o mercado



flexibilidade na negociação  
propriedade intelectual e modelos de contrato ajustáveis a cada projeto



unidade Embrapii  
somos credenciados pela Embrapii para desenvolvimento de novos materiais e processos biotecnológicos



## UNIDADES DE NEGÓCIOS

<b>BIONANOMANUFATURA</b> Biotecnologia, Nanotecnologia, Microfabricação, Química e EPIs
<b>CIDADES, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE</b> Planejamento Territorial, Obras Cívicas, Riscos, Recursos Hídricos, Florestas
<b>ENERGIA</b> Geração, Infraestrutura, Eficiência, Energias limpas
<b>HABITAÇÃO E EDIFICAÇÕES</b> Conforto, Desempenho, Segurança, Materiais, Sustentabilidade
<b>MATERIAIS AVANÇADOS</b> Metálicos, Poliméricos, Compósitos, Celulósicos, Corrosão
<b>TECNOLOGIAS DIGITAIS</b> IoT, Sistemas Embarcados, Sistemas de Transportes, IA, Analytics
<b>TECNOLOGIAS REGULATÓRIAS E METROLÓGICAS</b> Mecânica, Elétrica, Vazão, Aerodinâmica, Química



# nossos desafios

- + ir e vir
- + proteger
- + renovar
- + bem viver
- + fazer acontecer



ir e vir  
+ sistemas inteligentes de transportes

IPT desenvolveu para a Artesp um **sistema de monitoramento das rodovias** paulistas concessionadas. O sistema possibilita o acesso online e em tempo real às informações sobre equipamentos e ocorrências nas rodovias.

ir e vir + novos materiais

De olho no futuro, o IPT montou um grande laboratório para desenvolver **estruturas leves** feitas de **materiais compósitos**, cuja aplicação na fabricação de aeronaves pode revolucionar a eficiência energética desse meio de transporte.



O IPT inaugurou um equipamento único no hemisfério sul para **ensaios de elementos de ancoragem**. A bancada permite desenvolver e qualificar amarras, umbilicais e risers para exploração de petróleo em águas profundas.

proteger

+

áreas de risco



Com mais de 40 anos de experiência no **mapeamento e prevenção de riscos de desastres naturais**, o IPT também atua junto à Defesa Civil em atendimentos a emergência nas regiões afetadas.

renovar

+

biotecnologia



O IPT criou para a Natura um **processo biotecnológico** para transformar um rejeito da produção em insumo cosmético. O resultado foi um tensoativo biodegradável feito a partir de plantas amazônicas. A Natura premiou o IPT pelo projeto.

renovar + processos industriais

O IPT desenvolveu para a CBMM um **novo processo pirometalúrgico** de refino de nióbio, reduzindo os custos e a geração de resíduos. Com isso, a mineradora foi a primeira no mundo a conseguir o selo ISO 14.001.



bem viver  
+  
fármacos



Em parceria com a USP, o IPT está desenvolvendo nanocápsulas para **liberação controlada** de um medicamento contra o câncer. O objetivo é focar sua ação no tumor, minimizando efeitos colaterais.



bem viver

+

manufatura aditiva

Uma parceria entre IPT, CBMM, AACD, Fapesp e Embrapii viabilizou um projeto para desenvolver **ligas metálicas** especiais para **próteses ortopédicas**.  
"Impressas" por manufatura aditiva, serão feitas sob medida para cada paciente.



fazer acontecer

+

infraestrutura

medir + testar + calibrar + analisar + caracterizar + determinar  
simular + modelar + verificar + instrumentar + escalonar + descobrir





Open Experience  
IPT

*O IPT abre seu campus para a maior iniciativa de inovação aberta em hardtech do Brasil, conectando os diversos atores desse ecossistema.*

*Pedra fundamental do projeto CITI – Centro Internacional de Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo*



Modalidade 1  
**Hub de inovação**

Participe de um ecossistema único e transformador que congrega empresas e startups que empreendem juntas na criação de tecnologias impulsionadoras de novos negócios.



Modalidade 2  
**Centro de inovação**

Instale o Centro Tecnológico da sua empresa dentro do campus do IPT e potencialize sua capacidade de desenvolvimento.



## Programas estratégicos







INSTITUTO DE  
PESQUISAS  
TECNOLÓGICAS



## Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

CNPJ/MF: 60.633.674/0001-55

### Demonstrações Contábeis correspondentes aos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

#### Conteúdo:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Valor Adicionado
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias
- Relatório dos Auditores Independentes Russel Bedford sobre as Demonstrações Contábeis

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT  
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	TRIMESTRE ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		PASSIVO	TRIMESTRE ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	N.E.	30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021		N.E.	30/06/2022	31/12/2021	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	38.852	47.870		Fornecedores		3.916	3.286	
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	4.655	6.180		Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	10	873	1.364	
Contas a receber	5	6.123	6.056		Receitas à realizar		142	285	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.481	893		Salários a pagar e encargos a recolher		14.453	5.458	
Impostos antecipados e a recuperar	7	4.064	4.451		Impostos e contribuições a recolher	11	5.319	3.511	
Estoques		323	336		Adiantamento de clientes		781	787	
Despesas pagas antecipadamente		2.781	43		Obrigações a pagar - férias e encargos		18.018	12.159	
Depósitos compulsórios		173	173		Parcelamentos fiscais	11	649	1.234	
Outros valores a receber		174	311		Subvenções governamentais-agencias de fomento	12	8.361	10.227	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>58.626</b>	<b>66.313</b>		Outras obrigações		242	195	
					<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>52.754</b>	<b>38.506</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Realizável a longo prazo		3.576	3.573		Parcelamentos fiscais	13	6.269	5.964	
Imobilizado	8	147.370	145.854		Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	14	32.042	31.235	
Intangível	9	1.428	398		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	20.160	22.450	
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>152.374</b>	<b>149.825</b>		Provisão para dissídio coletivo	15	3.913	8.430	
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.751	1.799	
					Receitas à realizar		855	854	
					Arrendamento mercantil - Dir. de Uso		783	783	
					<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>65.773</b>	<b>71.515</b>	
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	17			
					Capital social		288.197	288.197	
					Reservas de capital		9.382	9.382	
					Reservas de lucros		264	264	
					Recurso para aumento de capital		368	156	
					Prejuízos acumulados		(205.738)	(191.882)	
					<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>92.473</b>	<b>106.117</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>211.000</b>	<b>216.138</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>211.000</b>	<b>216.138</b>	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021**  
**(EM MILHARES DE REAIS)**

	TRIMESTRE ATUAL	ACUMULADO DO ATUAL PERÍODO	IGUAL TRIMESTRE DO PERÍODO ANTERIOR	ACUMULADO DO PERÍODO ANTERIOR
	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	A	A	A	A
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
N.E.				
Receita de serviços e produtos	13.743	24.271	10.515	19.799
Subvenção econômica - GESP	23.313	46.644	24.486	46.314
Subvenção econômica - Fomento	7.933	13.496	4.408	9.284
Receita de doação de bens - Fomento	14 922	1.816	1.757	3.509
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>45.911</b>	<b>86.227</b>	<b>41.166</b>	<b>78.906</b>
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(1.895)	(3.331)	(1.449)	(2.726)
Devoluções e cancelamentos	(27)	(50)	(3)	(20)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>43.989</b>	<b>82.846</b>	<b>39.714</b>	<b>76.160</b>
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a (45.976)	(75.892)	(28.869)	(57.204)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>-1.987</b>	<b>6.954</b>	<b>10.845</b>	<b>18.956</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>				
Gerais e administrativas	20b (14.838)	(24.301)	(8.351)	(16.718)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE	(390)	(823)	(416)	(823)
Serviços de terceiros	(2.439)	(4.645)	(1.586)	(3.227)
Depreciações e amortizações	(463)	(838)	(389)	(779)
Provisões diversas	10.172	6.225	(3.670)	(3.765)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas	548	1.501	742	1.061
	<b>(7.410)</b>	<b>(22.881)</b>	<b>(13.670)</b>	<b>(24.251)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(9.397)</b>	<b>(15.927)</b>	<b>(2.825)</b>	<b>(5.295)</b>
Receitas financeiras	1.274	2.432	337	502
Despesas financeiras	(224)	(409)	(179)	(232)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1.050</b>	<b>2.023</b>	<b>158</b>	<b>270</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(8.347)</b>	<b>(13.904)</b>	<b>(2.667)</b>	<b>(5.025)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(8.347)</b>	<b>(13.904)</b>	<b>(2.667)</b>	<b>(5.025)</b>
* Por lote de mil ações do capital social final	-0,02	-0,02	-0,01	-0,02

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS**  
**FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021**  
**(EM MILHARES DE REAIS)**

		PERÍODO ATUAL		PERÍODO ANTERIOR	
		01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
		A	A	A	A
	N.E.	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
LUCRO/ (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(8.347)	(13.904)	(2.667)	(5.025)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.19</b>	<b><u>(8.347)</u></b>	<b><u>(13.904)</u></b>	<b><u>(2.667)</u></b>	<b><u>(5.025)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021**  
**(EM MILHARES DE REAIS)**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>287.968</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>229</b>	<b>(189.983)</b>	<b>107.860</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	156	-	156
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	48	48
Prejuízo do período	-	-	-	-	(5.025)	(5.025)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021</b>	<b>287.968</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>385</b>	<b>(194.960)</b>	<b>103.039</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>288.197</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>156</b>	<b>(191.882)</b>	<b>106.117</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	211	-	211
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	48	48
Prejuízo do período	-	-	-	-	(13.904)	(13.904)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022</b>	<b>288.197</b>	<b>9.382</b>	<b>264</b>	<b>367</b>	<b>(205.738)</b>	<b>92.473</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA  
 Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO OUTEDA  
 Contador - CRC 1SP154222/O-1

**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021**  
**(EM MILHARES DE REAIS)**

	PERÍODO ATUAL	PERÍODO ANTERIOR
	01/01/2022	01/01/2021
	a	a
	30/06/2022	30/06/2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(13.904)</b>	<b>(5.025)</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>		
Depreciação/Amortização	4.821	8.709
Demais Provisões	-	-
Provisão/Reversão para perdas de créditos	10	99
<b>Subtotal</b>	<b>(9.073)</b>	<b>3.783</b>
<b>Variações no Ativo Circulante</b>		
Aplicações financeiras vinculadas	1.525	(634)
Contas a receber	(77)	(129)
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(588)	(1.217)
Impostos antecipados e a recuperar	387	424
Estoques	13	51
Despesas pagas antecipadamente	(2.738)	(2.258)
Depósitos compulsórios	-	-
Outros valores a receber	137	(123)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.341)</b>	<b>(3.886)</b>
<b>Variações no Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	630	(76)
Arrendamento Mercantil	(491)	(529)
Receitas a realizar	(142)	1.282
Salários a pagar e encargos a recolher	8.995	392
Impostos e contribuições a recolher	1.808	1.117
Adiantamento de clientes	(6)	(26)
Obrigações a pagar - férias e encargos	5.859	3.963
Subvenções governamentais - agências de fomento	(1.059)	(265)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-
Outras obrigações	47	(62)
<b>Subtotal</b>	<b>15.641</b>	<b>5.796</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.227</b>	<b>5.693</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aumento do realizável a longo prazo	(3)	(1.174)
Aquisição de bens do imobilizado	(4.482)	(1.632)
Baixas de bens do imobilizado e intangível	1.488	481
Doações recebidas em bens	(3.278)	(754)
Adição de intangível	(1.095)	(66)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(7.370)</b>	<b>(3.145)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Parcelamentos	(280)	(512)
Outras exigibilidades	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(6.807)	3.129
Recursos para Aumento de Capital	212	156
<b>Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento</b>	<b>(6.875)</b>	<b>2.773</b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(9.018)</b>	<b>5.321</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	47.870	30.295
No final do exercício	38.852	35.616
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(9.018)</b>	<b>5.321</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



**Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021**  
**(EM MILHARES DE REAIS)**

	<u>ACUMULADO DO ATUAL PERÍODO</u>	<u>ACUMULADO DO PERÍODO ANTERIOR</u>
	<u>01/01/2022</u>	<u>01/01/2021</u>
	<u>A</u>	<u>A</u>
	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
<b>Receitas</b>	<b>87.670</b>	<b>79.848</b>
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.221	19.778
Outras Receitas	63.459	60.169
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	(10)	(99)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(79.353)</b>	<b>(59.159)</b>
Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	(73.019)	(55.074)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(5.789)	(3.673)
Outros	(545)	(412)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>8.317</b>	<b>20.689</b>
<b>Retenções</b>	<b>(837)</b>	<b>(780)</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(837)	(780)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>7.480</b>	<b>19.909</b>
<b>Vlr Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>2.432</b>	<b>503</b>
Receitas Financeiras	2.432	503
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>9.912</b>	<b>20.412</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>(9.912)</b>	<b>20.412</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(25.400)</b>	<b>18.161</b>
Remuneração Direta	(11.355)	9.030
Encargos Sociais	(7.953)	4.267
FGTS	(3.911)	2.922
Benefícios	(2.181)	1.942
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>(4.241)</b>	<b>3.379</b>
Federais	(2.365)	1.856
Estaduais	(36)	32
Municipais	(1.840)	1.491
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>5.825</b>	<b>3.897</b>
Juros	(408)	232
Outros	6.233	3.665
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(13.904)</b>	<b>(5.025)</b>
Prejuízo do Exercício	(13.904)	(5.025)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: **(a)** executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; **(b)** dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; **(c)** formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; **(d)** colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; **(e)** celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; **(f)** prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; **(g)** explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; **(h)** requerer o registro de patentes; **(i)** ceder o uso de patentes e de outros direitos; **(j)** editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal n.º 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal n.º 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

### **1.1. Impactos relacionados à pandemia Covid-19**

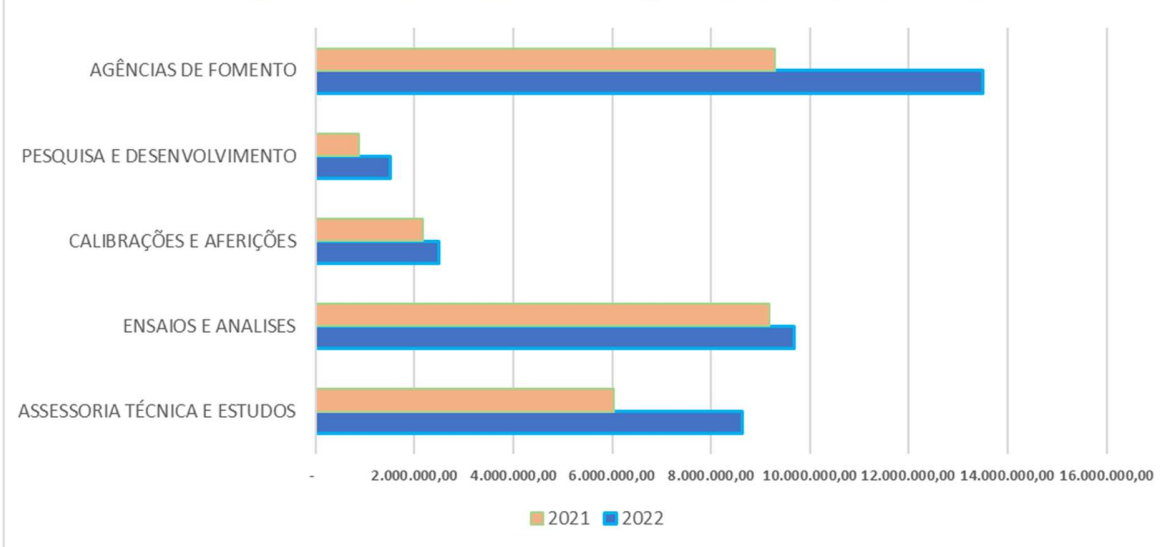
Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus – COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

O efeito progressivo da flexibilização das medidas restritivas que se acentuou no primeiro trimestre, com a normalização das atividades econômicas impactou positivamente nas receitas do IPT, onde é possível supor que projetos que foram adiados com a eclosão da pandemia estejam sendo retomados à medida que a normalização das atividades se consolida.

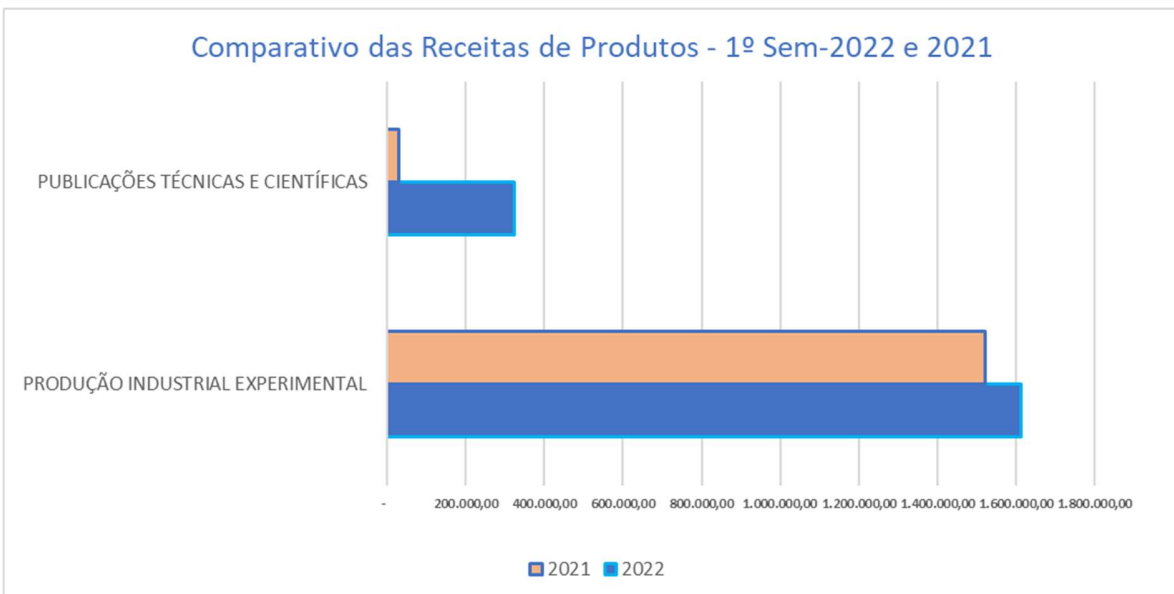
quadro A:

Comparativo das Receitas de Serviços - 1º Sem-2022 e 2021



quadro B:

Comparativo das Receitas de Produtos - 1º Sem-2022 e 2021



A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

## **2. PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram divulgadas em 08 de fevereiro de 2022 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais**

#### **a) Apresentação das Informações anuais**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

#### **b) Continuidade operacional**

A Administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19 possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

## 2.4 Aplicações Financeiras – Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

## 2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento” **Recebíveis** – Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

## **2.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

## **2.7 Estoques e demais ativos circulantes**

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

## **2.8 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual. nota explicativa nº 7

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

O IPT como empresa pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia.

Os bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária suportado pelo laudo emitido pela empresa contratada Factum.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10( item nº 30)<sup>1</sup> - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23(itens de nº 32 à 38)<sup>2</sup>- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

**1. INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43:**

*Item nº 30: Revisão inicial das vidas úteis*

*“Para a entidade que adotar o custo atribuído (deemed cost) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica coincide com a data de transição (veja item 23). Para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e produzirá efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores*



das depreciações do período a partir da data da revisão. Nesses casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e, por ser mudança prospectiva, os valores de depreciação calculados e contabilizados antes da data da revisão não são recalculados!" (grifo nosso).

## 2. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23

### Item nº 38 – MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

*“O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciável, ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros”*

O item 38 do CPC nº 23 acima citado, relata que a depreciação societária recalculada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceitua o ICPC 10 item nº30.

### 2.9 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. nota explicativa nº 8.

### 2.10 Provisão para perdas por Impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indicio de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o

valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como “Impairment Test”, apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2021. A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) – Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 30 de junho de 2022, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2021.

## **2.11 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

## **2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis**

### **Geral**

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que

um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

### **Provisões para demandas judiciais**

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

### **2.13 Parcelamentos Fiscais**

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 12.

### **2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 10.

### **2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será

realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa nº 15.

## **2.16 Arrendamento Mercantil – IFRS 16**

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis, nota explicativa nº 9.

## **2.17 Demais Passivos Circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

## **2.18 Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

### 2.19 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

### 2.20 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	0	5
Bancos conta movimento	41	40
Aplicações financeiras	38.811	47.825
	<u>38.852</u>	<u>47.870</u>

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	27.621	37.821
Fundos de investimento em renda fixa	11.190	10.004
	<u>38.811</u>	<u>47.825</u>

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

#### 4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras vinculadas	4.655	6.180
	<u><b>4.655</b></u>	<u><b>6.180</b></u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais – Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

#### 5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber	6.659	6.584
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(536)	(459)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – ajuste de acordo com a aplicação da norma CPC 48 (IFRS 09)	-	(69)
	<u>6.123</u>	<u>6.056</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>A vencer</b>	<b>5.732</b>	<b>5.418</b>
De 1 a 30 dias	211	620
De 31 a 60 dias	184	87
De 61 a 90 dias	4	16
Há mais de 91 dias	528	443
	<u>927</u>	<u>1.166</u>
	<u>6.659</u>	<u>6.584</u>

## 6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionados, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica “Contas à Receber”, no Ativo Circulante conforme abaixo:

<b>CLIENTES</b>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Secretarias do Estado de São Paulo-GESP	1.825	1.059

## 7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
COFINS a Compensar	488	424
PASEP a Compensar	138	128
Contribuição Social a Compensar	849	1.354
Imposto de Renda a Compensar	1.921	1.707
IRRF sobre Aplicações Financeiras	159	75
IRRF a Compensar	459	713
INSS a Compensar	50	50
	<u><b>4.064</b></u>	<u><b>4.451</b></u>

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.



## 8. IMOBILIZADO

### a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual De Depreciação	30/06/2022		31/12/2021			
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283	-	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.776	(49.223)	43.553	92.776	(48.427)	44.349
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	185.955	(154.657)	31.298	182.351	(152.319)	30.032
Instalações	2% a 50%	17.379	(15.451)	1.928	17.379	(15.308)	2.071
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	16.076	(12.608)	3.468	14.791	(12.403)	2.388
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	375	(364)	11	375	(363)	12
Veículos	5% a 50%	4.166	(3.457)	709	4.163	(3.374)	789
Móveis e Utensílios	4% a 50%	8.448	(7.401)	1.047	8.379	(7.244)	1.135
Outras imobilizações		30.924	(9.878)	21.046	30.321	(9.502)	20.819
Imobilizado em Andamento		5.370	-	5.370	4.828	-	4.828
Direito de Uso – Maqs. e Equipamentos		3.035	(1.378)	1.657	3.035	(887)	2.148
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>401.787</b>	<b>(254.417)</b>	<b>147.370</b>	<b>395.681</b>	<b>(249.827)</b>	<b>145.854</b>

## 9. INTANGÍVEL

### a) Movimentação intangível

CONTA	ACUMULADO – 2022				SALDO EM 30/06/2022
	SALDO EM 31/12/2021	AQUISIÇÕES	TRANSF.	BAIXAS	
1.2.5.01.001 - MARCAS E PATENTES	695	11	0	0	706
1.2.5.01.002 – SOFTWARES	2.226	1.074	0	0	3.300
1.2.5.01.003 - SOFTWARES – DOAÇÃO	1.611	0	0	0	1.611
1.2.5.01.004 - MARCAS E PATENTES EM ANDAMENTO	22	10	0	0	32
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>4.554</b>	<b>1.095</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.649</b>
<b>AMORTIZAÇÃO</b>					
1.2.5.30.001 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.141)	(36)	0	0	(2.177)
1.2.5.30.002 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA -DOAÇÃO SOFTWARE	(1.337)	(29)	0	0	(1.366)
1.2.5.30.003 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA -MARCAS E PATENTES	(678)	(0)	0	0	(678)
<b>TOTAL AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(4.156)</b>	<b>(65)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(4.221)</b>
<b>SALDO</b>	<b>398</b>	<b>1.030</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.428</b>

## 10. ARRENDAMENTO MERCANTIL – NBC TG 06 (R3) – (IFRS 16)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o IFRS 16. Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.

Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ISS	251	258
PASEP e COFINS	430	463
IRRF - Terceiros e Funcionários	1.816	2.031
COFINS - Retenção	78	58
PASEP - Retenção	17	10
IRPJ/CSLL	0	651
IPTU	2.684	0
Outros	43	40
<b>Total de Impostos e Contribuições à recolher</b>	<b><u>5.319</u></b>	<b><u>3.511</u></b>
Parcelamentos Fiscais – Municipal – P.P.I.	649	1.234
	<b><u>5.968</u></b>	<b><u>4.745</u></b>

## 12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS – AGÊNCIAS DE FOMENTO

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FEHIDRO	1.820	1.837
FINEP	53	1.720
CNPQ	126	126
EMBRAPII	51	51
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	2.713	2.963
Outros	3.598	3.530
	<b><u>8.361</u></b>	<b><u>10.227</u></b>

## 13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	<u>ISS</u>	<u>IPTU</u>	<u>TOTAL</u>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	5.028	936	<b><u>5.964</u></b>
<b>Saldo em 30/06/2022</b>	5.286	983	<b><u>6.269</u></b>

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa

de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

#### **14. OUTRAS EXIGIBILIDADES – RECEITA DE DOAÇÃO – AG. DE FOMENTO – NBC TG 07 (R2)**

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P,D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais – Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsicamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), em

contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

## 15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

### a) Composição

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas (1)	12.037	12.877
Cíveis (1)	5.442	5.442
Fiscais e tributários	0	599
Indenizações contratuais	232	232
Provisão – descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	2.449	3.300
Provisão para dissídio coletivo (3)	3.913	8.430
	<u><b>24.073</b></u>	<u><b>30.880</b></u>

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abr/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva. para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua

antiga filial-Jaguaré-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

- (3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des. Cie. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.
- a. Após o julgamento dos embargos e também das contrarrazões, o processo foi distribuído em 31/03/2022 para a sessão especializada em dissídios(SDC).
  - b. O IPT cumpriu a sentença proferida pela justiça do trabalho para o cumprimento do pagamento dos reajustes nos salários e benefícios no percentual de 11,09%, referente ao dissídio 2021/22 em abril/2022.
  - c. Os demais benefícios pleiteados (vale refeição, creche para pais e horas extras), continuaram sob a análise da justiça do trabalho, justificando assim o valor provisionado.

#### **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u><b>30/06/2022</b></u>	<u><b>31/12/2021</b></u>
Trabalhistas	8.665	8.658
Cíveis	2.115	3.178
	<u><b>10.780</b></u>	<u><b>11.836</b></u>

#### **16. IRPJ E CSLL – DIFERIDO**

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial – Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2021, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 228.925,91, de acordo com a AGO/AGOE de 28/04/2021 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

- a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.819.743.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
- b) **Reservas de Capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.
- c) **Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

## 18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2022, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 114.119.076, conforme Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual 2022).

## 19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 30 de junho de 2022, existe cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2022.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial – Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações,	R\$ 329.155

	móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados à terceiros, em consequência das operações do IPT	R\$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores – D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

## 20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

### a) Composição do custo

	TRIMESTRE ATUAL	ACUMULADO DO ATUAL PERÍODO	IGUAL TRIMESTRE DO PERÍODO ANTERIOR	ACUMULADO DO PERÍODO ANTERIOR
	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	A	A	A	A
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
Remuneração, encargos e benefícios	37.319	59.108	20.220	40.248
Serviços de terceiros	2.775	5.070	1.755	3.682
Utilidades	1.801	3.541	1.139	2.348
Impostos e taxas	1.218	2.415	984	1.956
Depreciação e amortização	1.989	3.984	3.949	7.929
Outros custos	874	1.774	822	1.041
<b>TOTAL</b>	<b>45.976</b>	<b>75.892</b>	<b>28.869</b>	<b>57.204</b>



**b) Composição das despesas administrativas**

	TRIMESTRE ATUAL	ACUMULADO DO ATUAL PERÍODO	IGUAL TRIMESTRE DO PERÍODO ANTERIOR	ACUMULADO DO PERÍODO ANTERIOR
	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	A	A	A	A
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
Remuneração, encargos e benefícios	13.430	21.312	7.512	14.829
Utilidades	323	622	156	325
Impostos e taxas	526	1.113	389	803
Outras	559	1.254	5.613	8.294
<b>TOTAL</b>	<b>14.838</b>	<b>24.301</b>	<b>13.670</b>	<b>24.251</b>

**21. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do trimestre findo em 31/03/2022 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA  
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO OUTEDA  
Contador - CRC 1SP154222/O-1

# INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias.

**Referente ao 2º trimestre de 2022.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

**Aos  
Acionistas e aos conselheiros do  
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
São Paulo – SP**

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A – IPT referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Conseqüentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leva a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

## **Outros Assuntos**

### **Demonstração do Valor Adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses, findo em 30 de junho de 2022. Essas demonstrações foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentadas como informação suplementar, em consonância ao IAS 34. As demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### **Valores correspondentes**

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório, em 8 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

As informações contábeis intermediárias da companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, em 19 de agosto de 2021.

Barueri, 16 de setembro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico